

**CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE  
ASSESSOR – BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

Tipo 1

**CADERNO DE QUESTÕES**

**PROVAS OBJETIVAS**

17 de abril de 2011

**NOME:**

**INSCRIÇÃO:**

**Instruções:**

- Este caderno é composto de provas objetivas com 80 questões. Verifique se ele está completo e se não possui nenhum problema de impressão, solicitando a substituição, se for o caso.
- Confira a correção dos seus dados pessoais constantes da folha de respostas e, em caso de erros ou dúvidas, consulte um fiscal de sala.
- Responda as questões formuladas preenchendo a folha de respostas com caneta esferográfica preta, sem rasurar.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões, pois a interpretação destas faz parte da prova.
- O candidato **NÃO PODERÁ LEVAR ESTE CADERNO DE QUESTÕES** consigo. Ele estará disponível para consulta no site [www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br) a partir do dia 25 de abril de 2011.
- Não deixe de assinar a folha de respostas e a lista de presenças.
- A prova terá duração de quatro horas.

O gabarito das provas será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e também estará disponível para consulta no site [www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br) a partir do dia 25 de abril de 2011.

Tipo 1

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Considere as seguintes afirmações sobre “Direitos Políticos”.

- I. O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de setenta anos, analfabetos, maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e para os soldados engajados, em serviço militar permanente – sendo, contudo, vedado aos conscritos durante o serviço militar obrigatório.
- II. Muito embora o art. 14 da Constituição Federal, no seu caput, consagre o princípio *one man, one vote*, isto é, o da igualdade do voto, pode-se dizer corretamente que na prática eleitoral esse princípio não é plenamente aplicado no país, havendo enorme discrepância regional no valor intrínseco de cada manifestação do eleitor – por exemplo, no número necessário de votos para a eleição de um Deputado Federal de acordo com a unidade federativa em que ocorra o pleito.
- III. O princípio hermenêutico que prevalece, em se tratando de direitos políticos, é o da *plenitude do gozo dos direitos políticos positivos*, de forma que as disposições que consagrem eventuais restrições a tais direitos devem ser interpretadas, elas próprias, de forma restritiva; por conseguinte, o fato de o art. 15 da Constituição Federal não prever a *perda da nacionalidade* como causa de *perda* ou *suspensão* dos direitos políticos (apenas o fazendo com relação ao cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, consoante seu inciso I), faz com que a circunstância em questão não possa ser arguida como empecilho à titularidade e ao exercício de tais direitos.
- IV. Em razão de não se encontrar em uma situação de inelegibilidade relativa, o sobrinho do atual Prefeito de determinado município pode concorrer ao cargo de Vereador na mesma circunscrição eleitoral de seu tio, nos termos do art. 14, § 7º, da Constituição Federal.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas II e IV.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

2. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Tratando-se de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, o destinatário da declaração será, conforme o caso, o legislador ou o administrador, para que adotem, em trinta dias, as providências necessárias à supressão da omissão; ultrapassado esse prazo, e persistindo a omissão, caberá ao Poder Judiciário proferir uma *decisão judicial normativa*, suprindo, dessa forma, a inércia do legislador ou do administrador.
- (B) Podem-se reconhecer na decisão que julga *procedente* a ação direta de constitucionalidade os seguintes efeitos, dentre outros: (i) eficácia *erga omnes*, isto é, estendendo-se a todos, para além dos polos da ação; (ii) efeito vinculante em relação ao Poder Judiciário – inclusive ao próprio Supremo Tribunal Federal, face à coisa julgada material produzida – e ao Poder Executivo; (iii) impossibilidade de que a lei seja considerada *inconstitucional* na via jurisdicional constitucional difusa; (iv) desfazimento das decisões proferidas em contrariedade com a lei objeto da ação, dentro dos limites temporais da ação rescisória.

(C) O sistema jurisdicional constitucional brasileiro admite os controles difuso e concentrado da Constituição Federal; pelo primeiro, a eficácia da sentença que reconhece a inconstitucionalidade de uma lei é restrita às partes que integraram a lide, salvo nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, quando ocorre a dita eficácia reflexa da análise da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da lei, enquanto na segunda espécie a decisão possui eficácia *erga omnes* e vinculante.

(D) O controle difuso da constitucionalidade pode efetivar-se por meio de ação civil pública, quando se questione a constitucionalidade de leis ou de atos normativos.

(E) Pode-se dizer corretamente que o controle da constitucionalidade também se exerce, conforme o momento em que se efetiva, de forma preventiva e repressiva; o controle preventivo é de natureza política e ocorre no transcurso do processo legislativo, mediante a atuação das Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e do próprio Chefe do Executivo (por meio do veto jurídico); o controle repressivo dá-se fundamentalmente (embora não de forma exclusiva) pelo Poder Judiciário. Não existe no nosso sistema jurídico, de outra parte, o controle jurisdicional *preventivo* de normas.

3. Considere as afirmações abaixo.

I. Muito embora a Constituição Federal não estabeleça a distinção entre direitos fundamentais e garantias fundamentais, a doutrina costuma relacionar os primeiros com o reconhecimento, de natureza declaratória, de determinados direitos vinculados ao homem; e as segundas, com disposições assecuratórias de tais direitos, de caráter instrumental, pelas quais se evite o arbítrio do Poder Público; em qualquer caso, porém, não é possível impor-se uma diferenciação rígida entre tais categorias conceituais.

II. Posto que os direitos fundamentais detenham as características da *historicidade*, da *universalidade*, da *irrenunciabilidade*, da *inalienabilidade* e da *imprescritibilidade*, eles não são absolutos, pois possuem limitações de ordem ético-jurídica em face do princípio da *convivência entre as liberdades*.

III. Os direitos fundamentais têm aplicação imediata e não se restringem ao catálogo explicitado na Constituição, admitindo outros direitos que decorram do regime e dos princípios por ela adotados, ou então de tratados internacionais de que o Brasil seja signatário.

IV. O direito à saúde pode ser caracterizado, segundo a dicção constitucional, como um direito social a uma prestação positiva pelo Estado, podendo ainda ser considerado, sob esse prisma, um direito fundamental de segunda geração ou dimensão.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I, II e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I, II e III.

4. Considere as afirmações abaixo.

- I. A arguição de descumprimento de preceito fundamental é um dos instrumentos previstos na Constituição para a defesa de todas as prescrições básicas do regime constitucional, não apenas dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais; este instrumento possibilita, ainda, o controle concentrado da constitucionalidade das leis municipais.
- II. O Promotor de Justiça pode ser sujeito passivo de *habeas corpus* no caso de inquérito policial requisitado pelo Ministério Público por fato atípico, por exemplo, caso em que a impetração deve dar-se perante o juiz competente para o conhecimento do fato supostamente criminal, quando tenha atuado no inquérito apenas mediante despachos sem conteúdo decisório; em caso contrário, tendo o juiz proferido decisões no inquérito, passa ele também a ser autoridade coatora, fazendo com que o órgão jurisdicional competente para o julgamento do remédio constitucional seja o Tribunal de Justiça.
- III. Um indivíduo com dezessete anos, naturalizado brasileiro e com alistamento eleitoral, pode propor, sem necessidade de qualquer assistência, ação popular.
- IV. A parte passiva, no mandado de segurança, confunde-se com a autoridade coatora, que deverá ser citada para prestar informações; nessa condição, poderá, dentre outras faculdades processuais, recorrer da sentença que lhe for desfavorável.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I, II e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II, III e IV.

5. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Com a Constituição Federal de 1988, o Município passou a ser um componente da estrutura federativa brasileira, constituindo uma entidade político-administrativa dotada de autonomia política, administrativa e financeira; antes disso, os municípios possuíam apenas governo próprio e competência exclusiva, sem poder de auto-organização.
- (B) As funções do legislativo municipal desdobram-se em *legislativa, deliberativa, fiscalizadora e julgadora*, a que se acresce o exercício do *poder organizativo municipal*, na medida em que compete à Câmara Municipal, nos termos da Lei Orgânica, a elaboração de emendas a esta.
- (C) A distribuição das competências legislativas entre os entes federados e a União rege-se, dentre outros critérios, pelo princípio da *predominância do interesse*, cabendo à União as questões de predominante interesse geral ou nacional; aos Estados, as de predominante interesse regional; e aos Municípios, os assuntos de interesse local. Nesse contexto, é possível encontrar, na Constituição Federal, no que tange à participação das entidades na esfera normativa, competências exclusivas, privativas, comuns, concorrentes e suplementares.

(D) Tanto os membros do Poder Judiciário quanto os do Ministério Público possuem garantias de independência e garantias de imparcialidade: aquelas, consubstanciadas na vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios; estas, representadas pelas vedações e impedimentos de determinadas condutas, como, exemplificativamente, o exercício da advocacia em menos de três anos, a contar do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, relativamente ao Juízo ou Tribunal, no caso do Juiz, ou no âmbito jurisdicional em que atuara, no caso do membro do Ministério Público.

(E) Aos Vereadores, como membros do Poder Legislativo, são garantidas as prerrogativas da *inviolabilidade* por suas opiniões, palavras ou votos (também denominada *imunidade material*, porque exclui a própria existência do crime de opinião), e a *imunidade* em sentido próprio para os demais crimes (também dita *imunidade formal*, porque, embora não exclua o crime, permite que, a pedido de partido político com representação na Câmara, e mediante a aceitação da Casa por maioria absoluta de seus membros, o processo criminal seja sustado, qualquer que seja a fase em que se encontre, com a consequente suspensão do prazo prescricional).

6. Assinale a alternativa **correta** a respeito do regime jurídico dos contratos celebrados pela Administração Pública.

(A) Há duas modalidades de regime, segundo se trate de contratos de direito privado ou de contratos administrativos; estes últimos ainda podem ser tipicamente administrativos ou possuírem espécie correlata no direito privado, como ocorre, por exemplo, com a empreitada.

(B) Tratando-se de **rescisão** do contrato administrativo, existem três modalidades previstas na Lei nº 8.666/93: a **judicial**, a **amigável** e a **unilateral**; esta última, dada a natureza bilateral do contrato administrativo, sempre pressupõe, para que seja lícita, o inadimplemento culposo pelo particular contratante.

(C) Quando a Administração Pública celebra um contrato de direito privado, isto é, um *contrato administrativo atípico* – como uma compra e venda –, ainda assim o regime de direito privado é inteiramente derogado pelo Direito Administrativo, em decorrência da *supremacia de poder* de que a Administração dispõe para a fixação das condições do ajuste.

(D) Nos contratos privados celebrados pela Administração Pública (também ditos *ajustes de natureza semipública*), como num comodato de bem público, não são possíveis, sob pena de descaracterização do regime contratual, as cláusulas ditas exorbitantes, mesmo que expressas, as quais serão havidas por nulas, por conferirem prerrogativas a apenas uma das partes.

(E) Denomina-se *administração contratada* ou *administração interessada* o contrato administrativo pelo qual a Administração defere a particular a execução de obra ou serviço, para que a execute por sua conta e risco, mediante remuneração prefixada.

7. Considere as seguintes afirmações a respeito da desapropriação.

- I. A declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, dentre outros efeitos, fixa o estado do bem (sua condições e benfeitorias, por exemplo), confere ao Poder Público o direito de fazer medições e verificações no imóvel, estabelece o início do prazo de caducidade da declaração, e implica desde logo a transferência do bem ao domínio público, pela *afetação* ocorrida.
- II. A desapropriação indireta ocorre quando a Administração Pública se apossa de um bem sem a observância dos procedimentos legais; é por isso considerada um *esbulho administrativo*. Nesse caso, o título que servirá para a incorporação do bem ao patrimônio público, mediante registro no álbum imobiliário, é a **sentença** proferida na ação movida pelo proprietário do bem para receber a devida indenização.
- III. No caso de a indenização ser paga, em processo judicial expropriatório que resultou na incorporação do bem à Fazenda Pública, a terceiro que não o verdadeiro dono do bem não garante a este o direito de reivindicá-lo com base na nulidade do processo, resolvendo-se a relação apenas em perdas e danos, como se de expropriação indireta se tratasse.
- IV. Em ação judicial de desapropriação, a imissão na posse depende da declaração de urgência pelo expropriante alegável a qualquer momento do depósito da quantia fixada segundo critérios legais e de que o requerimento da imissão se dê em 120 dias, a contar da alegação de urgência, podendo esta ser renovada apenas uma vez.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I, II e IV.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Apenas II e III.

8. Considere as seguintes afirmações a respeito de licitações.

- I. Denomina-se **licitação** o procedimento administrativo em que um ente público (inclusive as ditas *entidades públicas* de direito privado), no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, segundo as condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas, dentre as quais se selecionará a mais conveniente para a celebração de contrato.
- II. A legislação prevê diversas hipóteses de **dispensa** de licitação; uma delas é a ocorrência de casos de **emergência** e de **calamidade pública**. Em tais situações, é permitida à Administração Pública a realização de contratos referentes a obras a serem concluídas num prazo máximo de 180 dias, prorrogáveis, tais contratos, apenas uma vez e de forma justificada.
- III. Pelo **princípio da adjudicação compulsória**, a Administração não pode, concluída a licitação, atribuir seu objeto a outrem que não o seu vencedor ou abrir outro

procedimento, relativo ao mesmo objeto, enquanto válido o primeiro. Pelo mesmo princípio, também lhe é vedado revogar a licitação ou protelar sua adjudicação sem justa causa.

- IV. O **leilão** é a modalidade de licitação destinada à venda de bens móveis e imóveis inservíveis à Administração Pública, independentemente de seu valor, a quem ofereça lance maior, igual ou superior ao da avaliação.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas I e II.

9. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O processo administrativo, por não possuir normas tão rígidas quanto as que regem o processo judicial, diz-se informado pelo **princípio do informalismo**, ainda que isso não implique a ausência de forma, mas apenas um menor rigorismo na sua observância.
- (B) Entre o processo administrativo e o processo judicial há princípios comuns, como os da obediência à forma, da publicidade, do impulso oficial, da ampla defesa e do contraditório. Tratando-se de processo disciplinar, um dos princípios básicos que norteiam a atividade julgadora administrativa é o da **tipicidade estrita**, que, a exemplo do Direito Penal, exige previsão típica específica para os ilícitos administrativos, sem deixar margem a qualquer discricionariedade administrativa no caso concreto, ainda que a decisão seja motivada.
- (C) Na hipótese de atos administrativos de trato sucessivo em que haja omissão da autoridade competente, o prazo decadencial para o mandado de segurança renova-se a cada ato.
- (D) Denomina-se **poder de autotutela** aquele que permite à Administração Pública rever seus próprios atos, quando ilegais ou inconvenientes.
- (E) A sindicância pode ser conceituada como um procedimento preliminar, público ou sigiloso, para a apuração de elementos capazes de instruir futuro processo administrativo contra servidor público; equivale, no plano administrativo, ao papel que o inquérito policial desempenha na esfera criminal.

10. Considere as seguintes afirmações a respeito da improbidade administrativa.

- I. Para que haja improbidade administrativa, pressupõe-se um ato praticado com dolo ou culpa que implique enriquecimento ilícito para o sujeito ativo ou prejuízo para o erário ou, ainda, represente um atentado contra os princípios da Administração Pública, sendo que na última situação é preciso que a violação dos princípios, de alguma forma, cause prejuízo economicamente verificável ao patrimônio público, sob pena de atipicidade da conduta.

- II. A imunidade parlamentar não obsta a ação por improbidade administrativa, por referir-se somente à responsabilidade criminal; entretanto, no que tange aos Deputados Federais e Estaduais e aos Senadores, ainda que procedente a ação de improbidade, esta não lhes poderá acarretar a perda da função pública, por implicar a perda do mandato, decisão de competência da suas respectivas casas.
- III. Havendo concomitância de processos (esferas cível, criminal e administrativa), ocorre a chamada **comunicabilidade de instâncias**, de forma que a decisão proferida na ação penal não pode ser contrariada nas esferas cível e administrativa, mas somente quando aquela resultar na condenação do réu ou sua absolvição por prova da inexistência do fato.
- IV. Tratando-se de improbidade administrativa, a prescrição tem prazo variável, conforme se trate de (i) mandato, cargo em comissão ou função de confiança, ou (ii) de cargo ou emprego público efetivo, e atinge todas as sanções e consequências da Lei de Improbidade, com exceção do ressarcimento dos danos causados pelo agente público, cuja ação é imprescritível.
- Quais estão **corretas**?
- (A) Apenas I e IV.  
(B) Apenas III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas II e III.  
(E) Apenas II e IV.

11. Assinale a alternativa **INCORRETA** com relação a algumas das principais diferenças entre o estado de necessidade e a lesão.
- (A) O estado de perigo vicia a própria oferta, o que dificilmente ocorre com a lesão, já que esta se configura quando há usura real.
- (B) A lesão pode decorrer da inexperiência do declarante, o que não é requisito do estado de perigo.
- (C) Na lesão não é necessário que a contraparte saiba da necessidade ou da inexperiência; já o estado de perigo, além do elemento objetivo (prestação excessivamente onerosa), exige o conhecimento do perigo pela parte que se aproveitou da situação.
- (D) A lesão não admite suplementação da contraprestação, o que não sucede com o estado de perigo.
- (E) A lesão somente ocorre em contratos comutativos, ao passo que o estado de perigo pode ensejar negócio unilateral.
12. Se quem entregou bem diverso em pagamento não for o verdadeiro dono, aquele que o aceitou tornar-se-á evicto. Nessas circunstâncias, é **INCORRETO** afirmar que
- (A) a quitação dada ficará sem efeito e o débito continuará a existir na forma inicialmente convencionada.
- (B) a quitação dada ficará sem efeito, restabelecendo-se a obrigação originária, inclusive com a cláusula penal, se houver.

- (C) a quitação dada ficará sem efeito, restituindo-se a coisa ao seu legítimo dono.
- (D) as garantias reais ou fidejussórias, sem exceção, como acessórias, seguem o destino da obrigação principal e, portanto, permanecem como garantias.
- (E) a obrigação primitiva se restabelece, ficando sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros.

13. De acordo com o novo Código Civil Brasileiro, o incapaz, em matéria de responsabilidade civil,
- (A) é inimputável e não responde pelos prejuízos que causar.
- (B) pode responder, em determinadas situações previstas na lei, pelos prejuízos que causar.
- (C) responde sempre pelos prejuízos que causar.
- (D) responderá pelos prejuízos que causar quando possuir patrimônio próprio, independentemente se seus responsáveis dispuserem ou não de meios suficientes.
- (E) responderá pelos prejuízos que causar, inclusive com parte de seu pensionamento por alimentos, se os perceber, devendo o magistrado regular a indenização de forma equitativa.
14. Assinale a alternativa **correta** com relação às árvores limítrofes.
- (A) Tanto as raízes quanto os ramos que ultrapassarem a estrema do prédio poderão ser cortados até o plano vertical divisório pelo proprietário do terreno invadido.
- (B) Somente as raízes da árvore que ultrapassarem a estrema do prédio poderão ser cortadas até o plano vertical divisório pelo proprietário do terreno invadido.
- (C) Somente os ramos da árvore que ultrapassarem a estrema do prédio poderão ser cortados até o plano vertical divisório pelo proprietário do terreno invadido.
- (D) Somente os frutos pendentes da árvore cujos ramos ultrapassarem a estrema do prédio poderão ser colhidos pelo proprietário do terreno invadido.
- (E) A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória, poderá ser arrancada por um dos proprietários dos prédios confinantes, se a sua presença estiver causando prejuízo, independentemente do consentimento do outro.
15. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos, **EXCETO** aqueles
- (A) nascidos 180 dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- (B) nascidos nos 300 dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento.
- (C) havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.
- (D) havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.
- (E) havidos por inseminação artificial heteróloga, dispensada prévia autorização do marido.

16. Considere as seguintes afirmações a respeito do Mandado de Segurança.

- I. A petição inicial deve indicar, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.
- II. Da decisão que conceder ou denegar a liminar caberá agravo se proferida pelo relator, e agravo de instrumento se for juiz de primeiro grau.
- III. O Ministério Público opinará dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, logo após os autos serão conclusos ao juiz, com ou sem o parecer do Ministério Público.
- IV. O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais.

Quais estão **corretas** de acordo com a nova Lei do Mandado de Segurança?

- (A) Apenas II e IV.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas I, II e IV.

17. Assinale a alternativa **correta** com relação ao sistema recursal, de acordo com o Código de Processo Civil.

- (A) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.
- (B) Quando o pedido contiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
- (C) Provado o justo impedimento, o juiz relevará a pena de deserção, cabendo desta decisão agravo de instrumento.
- (D) A sentença que rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los procedente será recebida apenas no efeito devolutivo.
- (E) Da decisão do relator que converter o agravo de instrumento em retido caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.

18. Assinale a alternativa **correta** com relação à competência descrita no Código de Processo Civil.

- (A) Compete à autoridade judicial brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer as ações relativas a imóveis situados no Brasil, e quando a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.
- (B) A ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça a mesma causa e as que lhe são conexas.

(C) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele em que houve a primeira citação válida.

(D) O acordo realizado pelas partes para modificar a competência em razão do valor e do território só produz efeito quando constar de contrato escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.

(E) A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, até a formação da coisa julgada material.

19. Considere as seguintes afirmações a respeito dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa.

I. Em caso de esbulho, o possuidor tem direito a ser mantido na posse; no caso de turbação, a ser reintegrado.

II. Em uma ação possessória, quando for ordenada a justificação prévia, o prazo para a contestação contar-se-á da intimação do despacho que deferir ou não a medida liminar.

III. É lícito aos herdeiros arguir de sonegação ao inventariante quando as primeiras declarações omitirem bens do espólio.

IV. O credor com garantia real pode interpor embargos de terceiro para obstar alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I, II e III.

20. Considere as seguintes afirmações a respeito da Lei da Ação Civil Pública.

I. As ações de responsabilidade são regidas por essa Lei quando houver dano moral e patrimonial causados ao meio ambiente.

II. Sociedade de economia mista tem legitimidade para propor ação civil pública.

III. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora será condenada em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, mas não os seus diretores, responsáveis pela propositura da ação.

IV. A multa cominada liminarmente ao réu será exigível desde o momento em que ficar configurado o descumprimento, independentemente do trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I e IV.

21. O artigo 269 do Código Penal tipifica o crime de omissão de notificação de doença e tem a seguinte redação: "Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa".

Quanto a esse crime, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) ele somente existe na modalidade dolosa.
- (B) se trata de lei penal em branco.
- (C) se trata de crime omissivo impróprio, também chamado comissivo por omissão.
- (D) se trata de crime próprio. Somente o médico pode ser autor desse delito.
- (E) ele não admite tentativa.

22. Considere as seguintes afirmações a respeito de crimes hediondos.

- I. Os crimes hediondos são imprescritíveis.
- II. O crime de tentativa de homicídio qualificado é classificado como hediondo.
- III. O apenado pela prática de crime hediondo não tem direito ao livramento condicional.
- IV. De acordo com a legislação atual, a pena prevista para crimes hediondos, ou equiparados, deve ser cumprida integralmente em regime fechado.
- V. Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas II e V.
- (B) Apenas III e V.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Apenas II e IV.

23. Assinale a alternativa **correta** no que diz respeito à teoria geral do delito.

- (A) O consentimento do ofendido pode excluir a ilicitude do fato. Para que isso ocorra, é necessário que o bem jurídico afetado seja indisponível.
- (B) A embriaguez voluntária e completa exclui a imputabilidade.
- (C) A legítima defesa putativa exclui a ilicitude do fato.
- (D) No estado de necessidade, o perigo pode advir de conduta humana, força da natureza ou ataque de irracional; só há legítima defesa contra agressão humana.
- (E) O erro de proibição inevitável exclui o dolo.

24. Considere as afirmações abaixo.

- I. De acordo com o sistema de fixação de pena previsto no Código Penal, o Juiz primeiramente estabelece a "pena base", tendo em vista as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal; em seguida, considera as causas de aumento e diminuição; e, por último, as circunstâncias agravantes e atenuantes.
- II. De acordo com o entendimento dominante na jurisprudência, a incidência de circunstância atenuante pode conduzir a pena para alguém do mínimo legal.
- III. A tentativa (art. 14, parágrafo único, do Código Penal) é uma causa de diminuição da pena.

IV. Somente pode ser substituída por penas restritivas de direitos a pena privativa de liberdade aplicada, por crime doloso, não superior a dois anos.

V. Pela prática de um crime de tentativa de homicídio simples, Frederico foi condenado à pena de três anos e seis meses de reclusão. Desde que ele não seja reincidente, o Juiz poderá fixar o regime aberto para o início do cumprimento da pena.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas II e IV.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I, III e V.
- (D) Apenas III, IV e V.
- (E) Apenas III e V.

25. Jonas, armado e acompanhado de outra pessoa não identificada, adentrou numa farmácia, localizada no centro de Porto Alegre, para roubar. Enquanto o comparsa aguardava do lado de fora, rendeu o funcionário Hélvio. Jonas anunciou o assalto, determinou que o funcionário abrisse a gaveta do caixa e lhe entregasse todo o dinheiro. Nesse momento, Paulo, proprietário da farmácia, vendo que se tratava de um assalto, apanhou um telefone celular e passou a fazer uma ligação. Jonas percebeu e, por isso, efetuou três disparos, acertando um deles em Paulo, matando-o. Ato contínuo, temendo a chegada da Polícia, fugiu do local sem nada levar. Nesse caso, de acordo com a jurisprudência amplamente dominante, Jonas deverá ser denunciado e condenado por

- (A) homicídio qualificado consumado e tentativa de roubo simples, em concurso material.
- (B) latrocínio tentado.
- (C) homicídio qualificado consumado.
- (D) latrocínio consumado.
- (E) homicídio qualificado consumado e tentativa de roubo simples, em concurso formal.

26. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Quando da entrada em vigor de lei processual penal nova, mais rigorosa ao acusado, a *novatio legis* incidirá somente nos crimes praticados após a sua entrada em vigor.
- (B) Após o advento da Constituição Federal de 1988, a lei processual penal não mais admite interpretação ampliativa, na medida em que se trata de norma procedimental reguladora de processos que versam acerca de direitos indisponíveis.
- (C) Nas ações penais públicas instauradas, o assistente de acusação, desde que habilitado nos autos, é sujeito essencial da relação jurídica processual penal.
- (D) Nas ações penais privadas vigora o princípio da indivisibilidade, oportunidade em que o querelante poderá, em sendo conhecidos os autores do delito e o Município em que residem, oferecer a queixa contra todos os agentes perante o juiz do lugar da infração ou do domicílio dos querelados.
- (E) Consoante majoritária jurisprudência, as hipóteses de suspeição do Magistrado previstas em lei são *numerus clausus*, ou seja, taxativas.

27. Considere as afirmações abaixo.

- I - É considerada absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- II - A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- III - Tendo em vista as previsões legais constantes do Código de Processo Penal, não poderá ser operada a continência no concurso entre a jurisdição comum e a jurisdição militar.
- IV - As regras da conexão poderão ser relativizadas pelo Magistrado para a preservação e o bom andamento da instrução criminal.
- V - Os Delegados de Polícia não detêm prerrogativa de função como critério de determinação da competência.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas III, IV e V.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas I, II, III e V.
- (D) Apenas I, II e V.
- (E) Apenas II, III e IV.

28. Considere as afirmações abaixo.

- I - Menores de catorze anos de idade, além de serem considerados informantes e não prestarem o compromisso de dizer a verdade no processo, não cometem o crime de falso testemunho na hipótese de declararem circunstâncias inverídicas.
- II - Nosso ordenamento jurídico admite a declaração de testemunhas por escrito em hipóteses excepcionais, bem como permite a consulta a breves apontamentos.
- III - Por absoluta falta de previsão legal, o assistente de acusação não poderá indicar assistente técnico para o encaminhamento e análise da prova pericial.
- IV - No processo penal, as cartas rogatórias somente serão expedidas quando demonstrada previamente sua imprescindibilidade, devendo a parte requerente arcar com as custas de envio.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I, II e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I e IV.

29. Considere as afirmações abaixo.

- I. O Delegado de Polícia possui atribuição para representar pela instauração de incidente de insanidade mental do investigado durante o trâmite do inquérito policial.
- II. Não se admite a ação penal privada subsidiária da ação penal pública quando o inquérito policial foi arquivado pelo Poder Judiciário em atendimento a requerimento do Ministério Público.
- III. Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de 1/6 (um sexto) for superior a um (01) ano.

IV. A sentença que decreta a falência é considerada uma condição objetiva de punibilidade para o exercício da ação penal pela prática de crime falimentar.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III e IV.

30. Considere as afirmações abaixo.

- I - É vedada a prisão em flagrante nas infrações de menor potencial ofensivo.
- II - Consoante majoritária jurisprudência, é cabível mandado de segurança contra a decisão do juiz que não permite o ingresso do assistente de acusação no processo criminal, inobstante satisfeitos os requisitos legais.
- III - Da decisão que não receber o recurso em sentido estrito, cabe carta testemunhável.
- IV - Os embargos infringentes, julgados por grupos criminais, são privativos da defesa, podendo, no entanto, o Ministério Público utilizar-se deste recurso quando os embargos forem de nulidade.

Quais estão **corretas**?

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

31. Segundo a Constituição Federal, **NÃO** constitui atribuição do Conselho Nacional do Ministério Público

- (A) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- (B) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição.
- (C) encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público.
- (D) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- (E) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

32. Considere as seguintes funções.

- I - Promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios.
- II - Requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível.



- III - Impetrar *habeas corpus* e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes.
- IV - Manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz, da parte ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção.
- V - Sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas propostas, destinadas à prevenção e controle da criminalidade.

Quais delas constituem funções gerais ou especiais dos órgãos de execução do Ministério Público, nos termos da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993?

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e V.
- (D) Apenas I, III, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

33. No bloco superior, abaixo, estão listados os nomes de cinco órgãos do Ministério Público; no inferior, definições de quatro desses órgãos. Associe o bloco inferior ao superior.

- I - Centro de Apoio Operacional
- II - Colégio de Procuradores de Justiça
- III - Conselho Superior do Ministério Público
- IV - Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça
- V - Promotoria de Justiça Especializada

- ( ) Órgão da Administração Superior do Ministério Público com atribuição de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, bem como a de velar pelos seus princípios institucionais, compondo-se do Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, do Corregedor-Geral do Ministério Público e de nove Procuradores de Justiça que não estejam afastados da carreira.
- ( ) Órgão da Administração Superior do Ministério Público a quem compete eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.
- ( ) Órgão composto pelos doze Procuradores de Justiça mais antigos no cargo e por doze Procuradores de Justiça eleitos pelos demais, além do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, estes dois últimos membros natos.
- ( ) Órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, a que compete, dentre outras atribuições, estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) IV – II – III – V.
- (B) III – II – IV – I.
- (C) IV – III – V – I.
- (D) III – IV – V – II.
- (E) V – III – II – IV.

34. Considerando-se que o artigo 225 da Constituição Federal dispõe que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, é **correto** afirmar que o **bem ambiental**, quanto à sua natureza, é um

- (A) bem privado.
- (B) bem público.
- (C) bem difuso.
- (D) bem comum.
- (E) bem próprio.

35. Nos termos da Lei nº 12.305/2010, **NÃO** constitui princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos

- (A) a prevenção e a precaução.
- (B) o poluidor-pagador e o protetor-recebedor.
- (C) o desenvolvimento sustentável.
- (D) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo da vida dos produtos.
- (E) a relação transindividual das políticas públicas.

36. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A responsabilidade civil por danos ambientais depende da comprovação de dolo ou de culpa e de nexos causal, não bastando a prova inequívoca da ação lesiva.
- (B) Para que se origine a responsabilidade civil por dano ambiental, não é imprescindível que seja evidenciada a prática de um ato ilícito, bastando que se demonstre a existência da lesão para o qual o exercício de uma atividade perigosa exerceu uma influência causal decisiva.
- (C) O Princípio de Direito Ambiental do Poluidor-Pagador não guarda relação com a responsabilidade civil por danos ambientais, já que, ao incorporar em seus custos o preço da degradação, o poluidor fica autorizado à prática lesiva.
- (D) Tendo o legislador brasileiro adotado a responsabilidade civil objetiva por danos ambientais, é correto afirmar que os danos extrapatrimoniais, por se referirem a aspectos psicológicos, não estão sujeitos à reparação.
- (E) A prática de atos lícitos exclui a responsabilidade civil por danos ambientais, mesmo que tais práticas resultem em lesões ao meio ambiente, pois se trata de exercício legal de direito.

37. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Constituinte de 1988 promoveu a constitucionalização do direito do consumidor, garantindo sua proteção em diversos dispositivos, especialmente no artigo 5º, XXXII, onde determinou que *o "Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor"*.
- (B) O Código de Defesa do Consumidor adotou a responsabilidade objetiva como base da reparação dos danos decorrentes dos acidentes de consumo, fundamentado na teoria do risco da atividade profissional.

- (C) A inversão do ônus da prova é uma das principais inovações da lei consumerista, pois facilita a defesa do consumidor em juízo, devendo ser automaticamente reconhecida pela autoridade judiciária.
- (D) A boa-fé objetiva é Princípio Informativo do Código de Defesa do Consumidor; despreza o ânimo interior das pessoas envolvidas na relação de consumo e representa um modelo ideal de conduta esperado de todos os integrantes de uma determinada sociedade.
- (E) O Princípio da Transparência não se confunde com o Dever de Informação, mas com ele se complementa, significando informação clara sobre o produto a ser vendido, sobre o contrato a ser firmado, bem como lealdade e respeito nas relações de consumo, mesmo na fase de negociações.
38. O artigo 18 da Lei nº 8.078/1990 estabelece que os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade.
- NÃO** representa vício de qualidade
- (A) a disparidade com o conteúdo do recipiente.
- (B) a impropriedade do produto ao consumo que se destina.
- (C) a diminuição do valor do produto.
- (D) a inadequação do produto ao consumo a que se destina.
- (E) a redução do conteúdo do recipiente.
39. Nos termos do artigo 198 da Lei nº 8.069/90, “nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e Juventude fica adotado o sistema recursal do Código de Processo Civil”, com as seguintes adaptações:
- I - Os recursos serão interpostos independentemente de preparo.
- II - No recurso de agravado de instrumento, o prazo para interposição e para resposta será de dez dias.
- III - Os recursos terão preferência de julgamento, mediante prévia solicitação do revisor.
- IV - O recurso de apelação terá efeito suspensivo, a juízo da autoridade judiciária, sempre que houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- Quais estão **corretas**?
- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I e II.
40. Assinale a alternativa **correta** no que diz respeito ao regular funcionamento de entidades de atendimento a crianças e adolescentes, nos termos da Lei nº 8069/90.
- (A) As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) As entidades que mantenham programas de abrigo não poderão acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente.
- (C) O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.
- (D) As entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
- (E) As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento serão fiscalizadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, mediante provocação do Conselho Tutelar.
41. De acordo com o preceituado pelo artigo 74 do Estatuto do Idoso — Lei nº 10.741/2003, de 1º/10/2003 —, compete ao Ministério Público
- (A) instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos difusos ou coletivos, individuais disponíveis e individuais homogêneos do idoso.
- (B) promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição, de designação de curador especial e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos.
- (C) promover a revogação de instrumento procuratório do idoso quando necessário ou o interesse público justificar.
- (D) ter livre acesso, mediante prévia autorização judicial, a toda entidade particular de atendimento ao idoso.
- (E) requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacional e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas funções.
42. Segundo o Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, **NÃO** constitui diretriz da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- (A) respeitar às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhe são assegurados, sem privilégios ou paternidade.
- (B) estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência.
- (C) ampliar alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho.
- (D) adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação dessa Política.
- (E) viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas.

43. Leia o enunciado abaixo.

Nos termos do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, é assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

Com base nesse enunciado, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de 15 (quinze) por cento em face da classificação obtida.
- (B) Os editais de concursos públicos deverão conter a exigência de apresentação, pelo candidato portador de deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou níveis da deficiência, com expressa referência ao código CID, bem como a provável causa da deficiência.
- (C) No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, no prazo de 30 (trinta) dias, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.
- (D) O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo de 30 (trinta) dias.
- (E) O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional composta, no mínimo, por um médico, um psicólogo e um pedagogo, além de três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.

44. Considere as seguintes afirmações sobre Direito Urbanístico.

- I - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, atendendo diretrizes gerais fixadas em lei, tem por finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- II - A aprovação do plano diretor pela Câmara Municipal é obrigatória para cidades com mais de quinze mil habitantes, sendo o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- III - Incumbe aos Municípios promover ordenamento territorial adequado, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- IV - É dever da União estabelecer diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, cabendo ao Município apenas suplementar a legislação federal e estadual no que for pertinente.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Apenas I e II.

45. Considere as afirmações abaixo.

- I - A regularização fundiária pode ser definida como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, garantindo o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, bem como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- II - Para efeitos da regularização fundiária de assentamentos urbanos, considera-se Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) como a parcela de área urbana instituída exclusivamente pelo Plano Diretor, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda, não podendo ser definida por qualquer outra lei do Município.
- III - A regularização fundiária observará, entre outros, os princípios da participação dos interessados em todas as etapas do processo, do estímulo à resolução extrajudicial dos conflitos e da concessão do título preferencialmente à mulher.
- IV - A regularização fundiária de interesse social não será admitida em Áreas de Preservação Permanente, nem mesmo mediante comprovação de que a intervenção implica a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior.

Quais estão **INCORRETAS**?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

46. De acordo com o Sistema Tributário Nacional, compete à União, aos Estados e aos Municípios instituir, respectivamente, impostos sobre

- (A) grandes fortunas, doação e propriedade territorial rural.
- (B) exportação de produtos nacionais ou nacionalizados, transmissão *causa mortis* e proventos de qualquer natureza.
- (C) importação de produtos estrangeiros, produtos industrializados e transmissão *inter vivos* onerosa de bens imóveis.
- (D) transmissão *causa mortis*, propriedade territorial rural e propriedade predial e territorial urbana.
- (E) produtos industrializados, doação de qualquer bem ou direito e transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

47. Leia a disposição abaixo.

A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária – art. 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

Essa disposição é conhecida como

- (A) retroatividade.
- (B) norma geral antielisão.
- (C) planejamento tributário.
- (D) capacidade contributiva.
- (E) posteridade.

48. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou – art. 150, III, “b”, da Constituição Federal. Tal limitação ao poder de tributar é pertinente ao princípio da

- (A) isonomia.
- (B) legalidade.
- (C) imunidade recíproca.
- (D) anterioridade.
- (E) liberdade de tráfego.

49. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O executado oferecerá embargos à execução fiscal no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação da penhora.
- (B) Na execução fiscal, o executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- (C) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- (D) A prescrição é interrompida pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- (E) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez.

50. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Os sigilos fiscal e bancário não podem ser quebrados em nenhuma hipótese.
- (B) A representação fiscal é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação, identificar o sujeito passivo, determinar a matéria tributável e calcular o montante do crédito tributário, aplicando, se for o caso, a penalidade cabível.
- (C) O afastamento do sigilo bancário é permitido em lei somente para apuração de ocorrência de crime contra a ordem tributária.
- (D) A Fazenda Pública e seus servidores devem conservar o sigilo fiscal, mas este não prevalecerá perante requisição da autoridade judiciária no interesse da justiça.
- (E) A lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

## INFORMÁTICA

51. Considere as seguintes afirmações sobre os Sistemas Operacionais Windows XP e Windows Seven.

- I. A Caixa de Busca no Menu Iniciar do Windows Seven permite acesso fácil e rápido a todos os programas, dados e configurações do Microcomputador.
- II. Para selecionar arquivos ou pastas consecutivos, clica-se no primeiro item, pressiona-se e mantém-se pressionada a tecla SHIFT, e, em seguida, clica-se no último item.
- III. Para abrir o Windows Explorer no Windows XP, por padrão, clica-se no botão *Iniciar*, seleciona-se a opção *Todos os Programas/Acessórios/Ferramentas do Sistema*, e clica-se no ícone do *Windows Explorer*.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

52. Considere as seguintes afirmações em relação às teclas de atalho utilizadas em formatação de caracteres no Microsoft Word 2007.

- I. As teclas SHIFT+F3 alternam as letras entre minúsculas, primeira letra maiúscula em cada palavra e maiúsculas.
- II. As teclas CTRL+SHIFT+A formatam todas as letras como maiúsculas.
- III. As teclas CTRL+N aplicam negrito.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

53. Considere as seguintes afirmações em relação às opções de salvamento e conversão de documentos nos editores de textos Writer do BrOffice.org 3.2.1 e Microsoft Word 2007.

- I. O Writer do BrOffice.org 3.2.1 utiliza por padrão o formato de arquivo *.odt* para salvamento de documentos.
- II. O formato de arquivo *.docx* de documentos criados no Microsoft Word 2007 pode ser lido e salvo no Writer do BrOffice.org 3.2.1.
- III. O Writer do BrOffice.org 3.2.1 não converte (ou não exporta) arquivos de documentos para o formato *.pdf*.

Quais estão **corretas**?

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

54. Considere as seguintes afirmações sobre os recursos de edição e formatação de documentos no Microsoft Word 2007.
- Os Estilos Rápidos são combinações predefinidas de formatação de fontes, cores e parágrafos e estão disponíveis no grupo Estilo na Faixa de Opções da guia Início, bastando selecionar o texto e escolher o Estilo desejado.
  - Para remover Cabeçalho e Rodapé da primeira página de um documento, deve-se acessar a guia Layout da Página, clicar no Iniciador de Caixa de Diálogo, Configurar Página e, em seguida, clicar na guia Layout e marcar a caixa de seleção Primeira página diferente em Cabeçalhos e rodapés.
  - Para selecionar um parágrafo, clica-se duas vezes no parágrafo.
- Quais estão **corretas**?
- Apenas III.
  - Apenas I e II.
  - Apenas I.
  - Apenas II.
  - I, II e III.
55. No Microsoft Word 2007, as quebras de seções são usadas para criar alterações de layout ou formatação em uma parte do documento.
- Assinale a alternativa que **NÃO** contém tipo de quebra de seção.
- Margens e tamanho ou orientação do papel
  - Notas de rodapé e notas de fim
  - Numeração de página
  - Controle de alterações
  - Fonte do papel para uma impressora
56. O sinal que indica o início de uma fórmula numa célula em uma Planilha Eletrônica (Microsoft Excel 2007 ou Calc do BrOffice.org 3.2.1) é
- : (dois pontos)
  - = (igual)
  - + (soma)
  - (subtração)
  - \*(multiplicação)
57. Por padrão, quais são os procedimentos que devem ser adotados para a inserção de uma figura em um *Slide* de uma apresentação do Microsoft PowerPoint 2007?
- Selecionar o Slide desejado, clicar com o botão direito do Mouse e escolher a opção de menu *Formatar Plano de Fundo* e depois escolher a opção *Imagem*.
  - Selecionar o Slide desejado, ir para a Faixa de Opções da guia Layout da Página, grupo de comandos Estilos de Plano de Fundo, escolher o comando *Formatar Plano de Fundo* e depois escolher a opção *Imagem*.
  - Selecionar o Slide desejado, ir para a Faixa de Opções da guia Inserir e escolher o comando *Inserir Imagem do Arquivo*.
  - Selecionar o Slide desejado, ir para a Faixa de Opções da guia Inserir e escolher o comando *SmartArt*.
- (E) Selecionar o Slide desejado, ir para a Faixa de Opções da guia Layout da Página e escolher o comando *Inserir Imagem do Arquivo*.
58. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde à correta utilização dos recursos de Pesquisa na web do Google.
- Com relação à pesquisa de frase (""), ao colocar conjuntos de palavras entre aspas, você estará dizendo ao Google para procurar exatamente essas palavras nessa mesma ordem, sem alterações.
  - Com relação à pesquisa em um site específico (site:), o Google permite que se especifique de qual site deverão sair os resultados de pesquisa. Por exemplo, a consulta [ concurso site: mp.rs.gov.br ] retornará páginas sobre o concurso, mas somente dentro do site mp.rs.gov.br.
  - Com relação aos termos a serem excluídos (-), a colocação de um sinal de menos (-) antes de uma palavra, indica que você não deseja que apareçam nos resultados as páginas que contenham essa palavra. O sinal de menos (-) deve aparecer imediatamente antes da palavra, precedido por um espaço.
  - Com relação à pesquisa exata (+), ao colocar um sinal de mais (+) antes de uma palavra, sem deixar um espaço entre o sinal e a palavra, você estará informando ao Google que está procurando por resultados idênticos ao que digitou. A colocação de palavras entre aspas também funcionará do mesmo modo.
  - Com relação ao operador OR, se você deseja que **TODAS** as palavras pesquisadas retornem resultados, você poderá usar o operador OR (observe que você precisará digitar OR em LETRAS MAIÚSCULAS). O símbolo | pode substituir OR. O Google considera, por padrão, qualquer uma das palavras em uma pesquisa.
59. *Malware* é um termo genérico que abrange todos os tipos de programa especificamente desenvolvidos para executar ações maliciosas em um computador. Na literatura de segurança, o termo *Malware* também é conhecido por
- Vírus
  - Worm
  - Software malicioso
  - Cavalo de Tróia
  - Spyware
60. Considere as afirmações abaixo em relação ao serviço de Webmail.
- Este serviço está disponível em microcomputadores com acesso à Internet e Navegador de Internet instalado.
  - Este serviço está disponível através de um software cliente de e-mail, como o Mozilla Thunderbird, unicamente para microcomputadores conectados à Internet.
  - Este serviço está disponível em microcomputadores com os servidores SMTP e POP3 configurados.
- Quais estão **corretas**?
- Apenas I.
  - Apenas I e II.
  - Apenas II.
  - Apenas III.
  - I, II e III.

## LÍNGUA PORTUGUESA

**Instrução:** As questões 61 a 72 estão relacionadas ao texto abaixo.

01. A palavra *direito* refere-se a um ramo do conhecimento humano — a Ciência do Direito —, ao mesmo tempo em que  
02. esclarece seu objeto de estudo: o direito, um sistema de normas que regula o comportamento dos homens em sociedade.  
03. Muitas vezes, emprega-se a palavra *direito* em sentido axiológico como sinônimo de justiça. Outras vezes, utiliza-se a palavra  
04. em seu sentido subjetivo, como na expressão "é o *meu* direito". Trata-se, como ensina Reale, da "regra de direito vista por  
05. dentro, como ação regulada".  
06. O termo é empregado com seu sentido subjetivo na reivindicação do direito à saúde. Todavia, a referência à regra de direito  
07. vista por dentro implica necessariamente \_\_\_\_\_ compreensão do direito como conjunto de regras do comportamento  
08. humano em sociedade. De fato, as normas jurídicas representam as limitações impostas \_\_\_\_\_ condutas nocivas para a  
09. vida social. Assim sendo, a saúde, definida como direito, deve inevitavelmente conter aspectos sociais e individuais.  
10. Na perspectiva dos aspectos individuais, o direito à saúde privilegia a liberdade em sua mais ampla acepção. As pessoas  
11. devem ser livres para escolher o tipo de relação que terão com o meio ambiente, suas condições de trabalho e, quando  
12. doentes, o tipo de tratamento \_\_\_\_\_ que se submeterão.  
13. Em seus aspectos sociais, o direito à saúde privilegia a igualdade. As limitações aos comportamentos humanos são postas  
14. exatamente para que todos possam usufruir igualmente as vantagens da vida em sociedade. Assim, para preservar-se a saúde  
15. de todos, é necessário que ninguém possa impedir outrem de procurar seu bem-estar ou induzi-lo a adoecer. Essa é a razão  
16. das normas jurídicas que obrigam à vacinação, ao tratamento, e mesmo ao isolamento de certas doenças.  
17. O direito à saúde, ao apropriar-se da liberdade e da igualdade, caracteriza-se pelo equilíbrio instável desses valores. A  
18. história da humanidade é farta de exemplos do movimento pendular que ora busca a liberdade, ora a igualdade. Os homens  
19. sempre tiveram a consciência de que para nada serve \_\_\_\_\_ igualdade sob o jugo do tirano e de que a liberdade só existe  
20. entre iguais.

Adaptado de: DALLARI, Sueli Gandolfi. *O direito à saúde*. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101988000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101988000100008)>. Acesso em: 4 mar. 2011.

61. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 07, 08, 12 e 19, nesta ordem.

- (A) à – as – ao – à
- (B) à – as – ao – a
- (C) à – as – à – à
- (D) a – às – a – a
- (E) a – às – a – à

62. Considere as seguintes afirmações sobre o conteúdo do texto.

- I. A palavra *direito* comporta dois sentidos: um que se refere ao conjunto de valores de justiça, sistematizado cientificamente, e outro que remete aos direitos reivindicados pelos homens.
- II. O direito à saúde, restrito às interpretações individuais do sistema de regras de conduta, prioriza a igualdade entre os homens, que deve ser garantida pelo Estado.
- III. No direito à saúde, as ações reguladas pelos aspectos sociais asseguram que o indivíduo possa ter liberdade na escolha do tratamento médico adequado para cuidar de suas enfermidades.

Quais afirmações estão de acordo com o texto?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II.
- (E) I, II e III.

63. Observe os segmentos abaixo, retirados do texto.

- 1. *refere-se* (l. 01)
- 2. *emprega-se* (l. 03)
- 3. *se submeterão* (l. 12)
- 4. *preservar-se* (l. 14)
- 5. *apropriar-se* (l.17)

Quais deles apresentam o pronome *se* com função de índice de indeterminação do sujeito?

- (A) Apenas 1, 3, 4 e 5.
- (B) Apenas 1 e 2.
- (C) Apenas 2 e 4.
- (D) Apenas 1, 3 e 5.
- (E) Apenas 2, 4 e 5.

64. Considere as seguintes afirmações sobre pontuação no texto.

- I. Em lugar dos travessões que isolam o segmento *a Ciência do Direito* (l. 01), poderiam ser usados parênteses, sem prejuízo da correção gramatical.
- II. Em lugar dos dois-pontos da linha 02, poderia ser usada, entre vírgulas, a expressão *isto é*.
- III. Em lugar do ponto final depois de *vida social* (l. 09), poderia ser colocado um ponto-e-vírgula, iniciando-se o trecho seguinte com letra minúscula.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) Apenas I.

65. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo, relativas ao sentido contextual de palavras e expressões do texto.

- ( ) A expressão **Muitas vezes** (l. 03) poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por **Não raro**.
- ( ) A expressão **De fato** (l. 08) poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por **Com efeito**.
- ( ) A expressão **Assim sendo** (l. 09) poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por **De todo modo**.
- ( ) A palavra **mesmo** (l. 16) poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por **igualmente**.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – V.
- (B) V – V – F – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – V – V – F.

66. Considere as seguintes propostas de substituição de segmentos do texto.

1. **regra de direito** (l. 04) por **regra jurídica**
2. **movimento pendular** (l. 18) por **movimento do pêndulo**
3. **jugo do tirano** (l. 19) por **jugo tirânico**

Quais propostas estão corretas e são contextualmente adequadas?

- (A) Apenas 1 e 3.
- (B) Apenas 2 e 3.
- (C) Apenas 1.
- (D) Apenas 2.
- (E) 1, 2 e 3.

67. Considere as seguintes afirmações sobre formação de palavras do texto.

- I. As palavras **impostas** (l. 08) e **inevitavelmente** (l. 09) contêm o mesmo prefixo.
- II. As palavras **liberdade** (l. 10) e **livres** (l. 11) têm a mesma etimologia.
- III. A palavra **jugo** (l. 19) pertence à mesma família da palavra **juízo**.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III.

68. Considere as seguintes afirmações sobre regência em segmentos do texto.

- I. A substituição de **condutas nocivas** (l. 08) por **atitudes prejudiciais** possibilitaria a substituição de **para a** (l. 08) por **à**.
- II. A substituição de **usufruir** (l. 14) por **desfrutar** possibilitaria a substituição de **as** (l. 14) por **das**.

III. A substituição de **consciência** (l. 19) por **compreensão** possibilitaria a substituição de **de que** (l. 19) por **que**.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) Apenas II.

69. Assinale a alternativa em que se estabelece uma relação correta entre um pronome e o segmento do texto a que ele se refere.

- (A) **sua** (l. 10) – **dos aspectos individuais** (l. 10)
- (B) **outrem** (l. 15) – **As pessoas** (l. 10)
- (C) **lo** (l. 15) – **ninguém** (l. 15)
- (D) **Essa** (l. 15) – **usufruir igualmente as vantagens da vida em sociedade** (l. 14)
- (E) **desses** (l. 17) – **da liberdade e da igualdade** (l. 17)

70. Assinale com **1** quando a palavra **que** substitui uma palavra ou expressão anteriormente explicitada no texto e com **2** quando isso não ocorre.

- ( ) **que** na linha 11
- ( ) **que** na linha 14
- ( ) **que** na linha 15
- ( ) **que** na linha 18

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 2 – 2 – 1.
- (B) 2 – 1 – 1 – 2.
- (C) 1 – 1 – 2 – 2.
- (D) 2 – 2 – 1 – 1.
- (E) 2 – 1 – 2 – 1.

71. Considere as afirmações abaixo sobre vozes verbais utilizadas em trechos adaptados do texto.

- I. O trecho **O termo será empregado com seu sentido subjetivo na reivindicação do direito à saúde** poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma, mantendo-se a voz passiva: **Empregar-se-á o termo com seu sentido subjetivo na reivindicação do direito à saúde**.
- II. O trecho **O homem conseguiu privilegiar a liberdade em sua mais ampla acepção** poderia ser reescrito da seguinte forma, sem prejuízo de seu sentido: **A liberdade em sua mais ampla acepção tem sido privilegiada pelo direito à saúde**.
- III. O trecho **As péssimas condições de saúde dos indivíduos exigiam mudanças urgentes na sociedade** poderia ser reescrita da seguinte forma, sem prejuízo de seu sentido: **Mudanças urgentes na sociedade eram exigidas pelas péssimas condições de saúde dos indivíduos**.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

**Instrução:** As questões 72 a 80 estão relacionadas ao texto abaixo.

01. Bastou as autoridades anunciarem que a fiscalização da Lei Seca será mais rigorosa no Rio Grande do Sul, com  
02. instituição obrigatória do teste do bafômetro, para começar a insurreição, liderada principalmente por advogados. A  
03. alegação para contestar a exigência – e a punição para quem se recusar a fazê-lo – é de que ninguém pode ser  
04. obrigado a produzir provas contra si.  
05. De fato, nenhum cidadão pode ser obrigado a produzir provas contra si, e é por isso que acusados de diferentes  
06. crimes usam o direito de permanecer calados em um interrogatório. O fato de a lei dar ao cidadão o direito de não se  
07. submeter ao teste do bafômetro não tira do Estado o direito de reter a carteira e de multar, administrativamente, quem  
08. se recusar a fazê-lo. É com base nessa interpretação \_\_\_\_\_ o Rio de Janeiro, um dos estados que conseguiu os  
09. melhores resultados no combate à violência no trânsito, aplica multa em quem se recusa a fazer o teste do bafômetro  
10. nas *blitze* da Operação Lei Seca e retém a habilitação e o carro.  
11. O advogado Jairo Adriano de Mello contesta com raciocínio claríssimo colegas que defendem o boicote à  
12. fiscalização com base na presunção da inocência e no direito de não produzir prova contra si: – Estão invertendo  
13. certas lógicas, e muitos repetem os argumentos como papagaios. Todos são inocentes até que se prove \_\_\_\_\_  
14. contrário, mas, no momento \_\_\_\_\_ eu dificulto a prova, sou contra ela, a lógica autoriza a inversão da presunção  
15. da inocência. O teste do bafômetro não é prova contra mim. É a possibilidade que me é dada de provar que não estou  
16. alcoolizado.

Adaptado de: OLIVEIRA, Rosane de. Multas pela vida. *Zero Hora*, 5 mar. 2011. p. 9.

72. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das linhas 08, 13 e 14, nesta ordem.
- (A) que – ao – que  
(B) de que – ao – que  
(C) que – o – no qual  
(D) de que – ao – no qual  
(E) que – o – em que
73. Considere as seguintes afirmações sobre o conteúdo do texto.
- I. Conforme opinião sobretudo dos advogados, a determinação de que os condutores de veículo automotor realizem obrigatoriamente o teste do bafômetro não tem amparo legal, pois fere o direito que todo cidadão tem de não produzir prova contra si.
- II. De acordo com Mello, as autoridades não dispõem de dispositivos legais que coíbam o consumo de bebidas alcoólicas por condutores de veículo automotor no Rio Grande do Sul.
- III. Segundo a autora do texto, diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro, os órgãos responsáveis pela fiscalização da Lei Seca no Rio Grande do Sul relativizaram a aplicação do teste do bafômetro em situações em que os condutores de veículo automotor apresentavam visivelmente teor de álcool etílico acima do permitido.
- Quais afirmações estão de acordo com o texto?
- (A) Apenas I.  
(B) Apenas I e III.  
(C) Apenas II e III.  
(D) Apenas II.  
(E) I, II e III.
74. Considere, abaixo, propostas de substituição de três segmentos do texto.
1. Substituir *Bastou as autoridades anunciarem* (l. 01) por *Bastou que as autoridades anunciassem*.
2. Substituir *usam o direito* (l. 06) por *usam do direito*.
3. Substituir *um dos estados que conseguiu* (l. 08) por *um dos estados que conseguiram*.
- Quais propostas estão corretas e mantêm o sentido do segmento original?
- (A) Apenas 1.  
(B) Apenas 2.  
(C) Apenas 2 e 3.  
(D) 1, 2 e 3.  
(E) Apenas 1 e 2.
75. Assinale a alternativa que apresenta os sinônimos mais adequados para as palavras *rigorosa* (l. 01), *contesta* (l. 11) e *possibilidade* (l. 15).
- (A) severa – refuta – chance  
(B) austera – responde – oportunidade  
(C) severa – responde – chance  
(D) austera – replica – ocasião  
(E) obstinada – replica – oportunidade



76. No bloco superior, estão listados os nomes de cinco diferentes funções sintáticas; no inferior, a indicação das linhas de três ocorrências do segmento *teste do bafômetro* no texto.

Associe adequadamente o bloco superior ao inferior.

1. adjunto adnominal
2. complemento nominal
3. objeto direto
4. objeto indireto
5. sujeito

- ( ) linhas 02  
( ) linha 07  
( ) linha 09

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 3 – 5 – 4.  
(B) 2 – 4 – 3.  
(C) 2 – 4 – 1.  
(D) 1 – 5 – 3.  
(E) 1 – 5 – 2.

77. Considere as seguintes propostas de alterações, referentes ao emprego de vírgulas no texto.

1. Substituir por travessões as vírgulas que delimitam o segmento *com a instituição do teste do bafômetro* (l. 01-02).
2. Inserir vírgula depois de *bafômetro* (l. 09).
3. Inserir vírgula antes e depois do segmento *com raciocínio claríssimo* (l. 11).

Quais propostas manteriam o sentido e a correção do texto?

- (A) Apenas 2.  
(B) Apenas 1, 2 e 3.  
(C) Apenas 2 e 3.  
(D) Apenas 1.  
(E) Apenas 1 e 3.

78. Considere as seguintes propostas de alterações na ordem de expressões do texto.

1. Deslocar a palavra *principalmente* (l. 02) para depois de *advogados* (l. 02).
2. Deslocar a palavra *nenhum* (l. 05) para imediatamente depois de *cidadão* (l.05).
3. Deslocar a palavra *administrativamente* (l. 07) para depois de *fazê-lo* (l. 08), com a exclusão das vírgulas antes e depois da palavra deslocada.

Quais alterações manteriam a correção e o sentido do período?

- (A) Apenas 3.  
(B) Apenas 1 e 2.  
(C) Apenas 1 e 3.  
(D) Apenas 1.  
(E) Apenas 2.

79. Observe os trechos do texto abaixo transcritos e as propostas de sua reescrita em discurso indireto.

1. *Estão invertendo certas lógicas, e muitos repetem os argumentos como papagaios* (l. 12-13)  
O advogado afirmou que certas lógicas estão sendo invertidas e que muitos repetem os argumentos como papagaios.
2. [...] *eu dificulto a prova, sou contra ela* (l. 14)  
O advogado declarou que ele havia dificultado a prova, por ser contra ela.
3. [...] *O teste do bafômetro não é prova contra mim* (l. 15)  
O advogado disse que o teste do bafômetro não era prova contra ele.

Quais propostas de reescrita em discurso indireto estão corretas?

- (A) Apenas 1 e 3.  
(B) Apenas 1.  
(C) Apenas 2.  
(D) Apenas 2 e 3.  
(E) 1, 2 e 3.

80. Em relação à correlação entre tempos e modos verbais, considere os enunciados a seguir.

1. Os advogados esperavam que, naquele acidente, os policiais respeitem o direito dos cidadãos de não serem obrigados a produzir provas contra si.
2. Quando a fiscalização da Lei Seca for mais rigorosa, os motoristas serão obrigados a se submeter ao teste do bafômetro.
3. As autoridades ordenaram-lhe que se submetesse ao teste do bafômetro, mas naquele momento ele se recusou a fazê-lo.
4. Tem sido proposto que o Estado, sem mais tardar, revisasse sua conduta em relação à fiscalização da Lei Seca.

Quais deles estão inteiramente de acordo com o padrão culto da língua portuguesa?

- (A) Apenas 1 e 2.  
(B) Apenas 1 e 3.  
(C) Apenas 2 e 4.  
(D) Apenas 3 e 4.  
(E) Apenas 2 e 3.